

Aprovada a reforma urbana

GAZETA MERCANTIL

3 * MAI 1988

8861 MAV * 3

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Cerca de 90 milhões de pessoas que vivem nas principais cidades brasileiras serão, direta ou indiretamente, afetadas pela reforma urbana aprovada ontem pela Assembléia Constituinte.

Um acordo entre todas as lideranças partidárias permitiu que o capítulo da Política Urbana, que faz parte do título da Ordem Econômica e Financeira, fosse aprovado em uma única sessão e por esmagadora maioria — 322 votos favoráveis, apenas 1 contra e 3 abstenções.

A nova política urbana estabelece, basicamente, os seguintes princípios:

- Foi reduzido de vinte para cinco anos usucapião (tempo de permanência em terreno urbano que dá ao morador direito de receber título de domínio da área). São condições para o usucapião de cinco anos: que o terreno tenha até 250 metros quadrados e o morador nele resida ininterruptamente, por cinco



Antônio Britto

anos, sem contestação do dono neste período, não pondendo, também, ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- Desapropriação de imóveis urbanos será feita com prévia e justa indenização em dinheiro.

- Permite ao poder público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou não utilizado que promova seu aproveitamento; o descumprimento dessa norma acarretará ao proprietário, sucessivamente, o parcelamento ou a edificação compulsórios, imposto progressivo no tempo e, finalmente, a desapropriação.

- Exige a elaboração de um plano diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes; esse plano será o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

- Os estados poderão, através de lei complementar, instituir regiões metropolitanas para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum de municípios limítrofes.

- É criada a possibilida-

de de a população apresentar projetos de lei à câmara municipal; a iniciativa deve partir de pelo menos 5% do eleitorado e o projeto deve tratar de interesse específico do município, da cidade ou do bairro.

A garantia da iniciativa de projetos de lei em assuntos municipais a grupos que detenham pelo menos 5% do eleitorado foi considerada pelo deputado Antônio Britto (PMDB-RS) — um dos articuladores do acordo — o ponto do capítulo que mais fortalece a participação popular nas decisões municipais. Para o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) esse artigo deu a alguns sindicatos "poderes de vereador".

Na sessão de ontem, antes da votação da política urbana, os constituintes também terminaram a votação do capítulo que tratou da atividade econômica, do papel do Estado e do uso dos recursos do subsolo e iniciam hoje as votações referentes ao capítulo que trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, todos dentro do Título III — da Ordem Econômica e Financeira.

Hoje pela manhã, os negociadores das lideranças partidárias e suprapartidárias reúnem-se mais uma vez para tentar fechar um acordo em torno do capítulo de política agrícola, sobre o qual ainda existem algumas divergências (ver páginas 8 e 9).

O presidente José Sarney determinou ontem à Polícia Federal que investigue a invasão do gabinete do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), ocorrida durante o fim de semana. O gabinete do senador foi revistado.

(Ver página 9)